

## Resenhas de livros

### *Bolhas e pêndulos*

André Lara Resende

Rio de Janeiro, Campus, 1997

Parecia-me, em princípio, que o livro *Bolhas e pêndulos*, de André Lara Resende seria uma leitura aborrecida, dado que o livro foi concebido em cima de diversos artigos transcritos do jornal onde o autor é colunista. Pode ser pré-conceito ou conceito mesmo, mas um livro com esse tipo de estrutura sempre cheira a *já li em algum lugar* ou *alguém me disse que a idéia dele sobre isso era...* De qualquer forma, livrando o prefácio de Alberto Dines, estranho em princípio, mas à medida que a leitura avança, percebe-se que o mesmo está identificado com a segunda parte do livro, vê-se que o livro é um exercício de ordenação das idéias do autor. Os leitores que não conhecem sua base de fundamentação e raciocínio sobre diversos assuntos acabam por beneficiar-se com este tipo de estrutura.

Na primeira parte, de título homônimo ao livro, estão concentrados os principais pensamentos do autor sobre a política econômica vigente. Apesar dos temas dependerem do cotidiano econômico, a ênfase da repetição nas idéias acaba consolidando um *corpo* central dentro dos seus escritos. Cabe ressaltar que às vezes essas idéias não são de compreensão rápida para leigos, porque o espaço reservado pelo jornal nem sempre possibilita ao autor apresentar esclarecimentos adicionais, que seriam necessários, com relação ao debate acadêmico em que as idéias estão inseridas ou o argumento que justifique a adoção de uma determinada linha de raciocínio.

Vejamos alguns exemplos desse tipo de colocação: "Pessimismo na análise e otimismo na ação...", frase emprestada que permeia todo o livro.

Eufemismo cuidadoso no sucesso do Plano de Estabilização em virtude do déficit público: "Depois de um equilíbrio precário conseguido em 1994,

o déficit operacional do setor público ficou perto de 4% do PIB no ano passado, apesar da arrecadação ter crescido em 30%. As finanças dos estados são um desastre."

Suas idéias defendidas em trabalhos acadêmicos são muito bem aproveitadas. Veja, por exemplo, o artigo "Velhos clichês":

a) Usa como ponto de referência em seus argumentos, trabalhos de acadêmicos conhecidos como Dornbush ou Krugman para discordar ou concordar segundo suas convicções.

b) Um certo tom de deboche contra as avaliações efetuadas pela esquerda: "Há nas teses da esquerda ilustrada uma vinculação entre a economia de mercado e a crise de valores".

c) Irritação com a confusão que se faz entre um governo ativo e um governo bom ou com a correlação elevada que se deseja, ao menos nas avaliações, entre o capitalismo (sistema excelente para gerir riqueza) e produção de valores e objetivos de vida.

É com esta ponta de subjetivismo que entramos na segunda parte do livro, "Vida vivida e vida percebida". É dentro deste contexto que o autor começa a mostrar um lado que permeia toda a sua avaliação técnica: um jogo moral presente em grande parte dos textos. Algo que deveria ser melhor explicitado. Talvez o fio condutor do prefácio feito por Dines tenha sido fruto desta parte do livro. O velho conflito entre o bem e o mal que nunca será resolvido: a moral, questão filosófica de difícil trato.

Dois artigos foram muito especiais para mim nesta parte: "Velhos demônios" e "Tempos modernos".

"Velhos demônios" em função da discussão sobre confiança. Um trecho especial foi feito como *solução* a esta questão: "Pois se nas relações indivi-

duais a confiança é fundamental e menos praticada do que seria desejável nas relações sociais, de grupos, partidos, igrejas, uma maior dose de desconfiança parece-me recomendável. Temos a vocação para a credulidade em grupo. Talvez não se trate verdadeiramente de confiança, mas de responsabilidade dividida, anulada. O lado mau, coletivamente liberado contra inimigos inventados e reassegura, mas a história já nos mostrou o quanto é perigoso. Não se deveria brincar com os velhos demônios. Assim como o divino e as utopias, eles podem estar só adormecidos”.

“Tempos modernos” pelo transcendentalismo que se abate no autor após o dia dos mortos: “Há algo de sagrado na amizade que fica depois da morte. Mas é preciso reaprender a olhar a morte e seus ritos de frente e não tentar varrer os mortos para debaixo do tapete”.

Após passar sorrateiramente sobre o pano de fundo de suas motivações e análises, o livro volta ao

tema econômico com “Manias, pânicos e crashes”. Parece-me agora que esta terceira parte depende muito da parte anterior. Senti vontade de reler alguns textos da primeira parte para verificar se a segunda é tão marcante quanto a minha leitura aparentemente demonstrava e, se realmente o fosse, entender o porquê de não se encontrar no começo do livro. Fiz isto e não cheguei a algo conclusivo. O melhor seria ler o livro na ordenação apresentada pelo autor. O artigo “Sem respostas” reflete bem essa preocupação. Ele é a melhor expressão desta parte.

Dado o que foi colocado, recomenda-se a leitura e, de uma forma criteriosa, vale a pena um cuidado para perceber o entrelaçamento e as idéias desenvolvidas pelo autor que se repetem ao longo dos artigos.

*Paulo Roberto Arvate*

da Fundação Getúlio Vargas  
e da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo

## ***Crise, reforma do Estado e governabilidade***

Eli Diniz

Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997

Uma senão abusiva ao menos recorrente exposição na mídia vem banalizando o tema da reforma do Estado. Na fila do banco, em conversa com o taxista, ou incorporado aos diálogos da novela das oito, o assunto é tratado sem a menor cerimônia e, pior, reduzido à simples e estereotipada visão de que “é preciso abater o vilão”. Em paralelo — ou como contraponto —, outro tema da moda, a estabilização, se apresentada também vulgarizado, desta feita ao estilo coluna-de-divulgação-científica, veiculado às massas num tom homeopaticamente didático, na forma de gotas de um conhecimento cujo domínio efetivo lhes foge, já que pertence com exclusividade aos economistas.

Nada contra, obviamente, a livre ação dos meios de comunicação, difundindo idéias e provocando o debate, ou a necessária especialização do saber, com seus códigos, técnicas, linguagem etc. Contudo, há que se reconhecer que ambos implicam empobrecimento do conteúdo e possibilitam manipulação do sentido tanto de idéias e debates quando do próprio saber. Reforma do Estado e estabilização econômica constituem questões demasiadamente complexas, controversas e multifacetadas para serem abordadas sob um prisma unilateral,

qualquer que ele seja, ou para se diluírem em *slogans* de fácil assimilação. Bem-vindas, portanto, as análises que as enfrentam com seriedade, evitando as armadilhas do hermetismo e devolvendo-lhes a saudável dimensão plural.

Este, sem dúvida, é o caso do livro de Eli Diniz, *Crise, reforma do Estado e governabilidade*, editado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas. Reunindo resultados de pesquisas realizadas nos últimos anos, a obra enfoca os programas de estabilização e ajuste implementados no Brasil a partir de 1985 e, com base nos pontos examinados, afirma a urgência de um novo paradigma para repensar a reforma do Estado. Sem descuidar o rigor que a Academia exige, a autora, uma cientista política, professora-titular do Instituto de Economia da UFRJ, desvenda, numa escrita compreensível para leitores de várias formações — inclusive os de fora da Academia — os (diversos) fatores que inviabilizaram as propostas concebidas nos planos Cruzado, Bresser Pereira e Collor I, assim como os elementos relevantes para o entendimento dos problemas de governabilidade e governança tão propalados hoje em dia. Entre as qualidades que tornam o trabalho de Diniz extremamente oportuno, três, particularmente, merecem

destaque, na medida em que confrontam a inércia na qual um suposto consenso mergulhou o debate.

A primeira, resultante imediata da postura intelectual assumida, consiste na demonstração de que reformar o Estado brasileiro não significa minimizar a agenda pública. Demitir funcionários, enxugar a máquina administrativa, reduzir encargos governamentais são soluções vazias de sentido, assim como *modernização* se torna uma meta destituída de substrato quando inexistente um projeto para o país que justifique e compense, com ganhos coletivos, as possíveis perdas individuais. Para Eli Diniz, os anos 90 revelaram, com efeito, uma nova pauta de preocupações políticas, marcada pelo esgotamento da via de industrialização conduzida pelo Estado e legitimada pela matriz ideológica estatista-desenvolvimentista, pela ruptura com o que talvez tenha sido a grande idéia-força desta matriz — o nacionalismo —, e pelo revigoramento dos valores neoliberais. Por razões diversas, endógenas e exógenas, todo um padrão de desenvolvimento, com seus êxitos e fracassos, parecia se encontrar em estágio terminal e, do ponto de vista econômico, os rumos predominantes no cenário internacional indicavam a confirmação do diagnóstico.

Contudo, salienta a autora, o contexto que se afirma desde fins da década de 80, no Brasil e em boa parte da América Latina, traz também a vitalização dos princípios e práticas da democracia, sinalizando, ao cabo de longo tempo de arbítrio, a construção, enfim, de uma ordem democrática. A conjuntura, portanto, nova na superfície, era, em essência, profundamente complexa, dado que desnudava transformações através de movimentos nem sempre convergentes. Mais ainda, se aparentemente conclusiva de uma era (a “era Vargas”?), na realidade fazia emergir, em dissonante harmonia com as novidades, velhos vícios, arraigados entre as elites e encobertos até então pela penumbra do autoritarismo.

Para Eli Diniz, a compreensão deste momento inovador da agenda política — um momento de “refundação”, perceptível especialmente quando se aguça o olhar sobre o papel dos atores estratégicos na redefinição da antiga ordem — é fundamental para explicar os rumos impressos ao debate sobre a reforma do Estado. Na ausência de condições propícias à formação de coalizões e acordos capazes de transcender clivagens intersetoriais e de agregar demandas em torno de plataformas abrangentes, instala-se um jogo político que de antemão se

sabe ser de som zero. O diferencial de capacidade de resposta dos atores em cena, porém, determina a linha a seguir: abata-se o vilão, desde que, naturalmente, fiquem resguardadas as fontes de privilégios que dele emanam. Dito de outra forma, o que a autora sugere é que, ajudada por recursos de poder usados com (alguma) transparência, a crença de que “a saída para a crise estava no rompimento com práticas desenvolvimentistas tributárias da intervenção do Estado” se generaliza. “De agente promotor do desenvolvimento, o Estado passou a ser encarado como principal entrave para o desencadeamento de um novo ciclo de crescimento.”

O problema mais instigante acentuado por Diniz não reside, entretanto, no caráter da suposta unanimidade — se forjada ou espontânea — e sim no descompasso entre a contagiante adesão ideológica ao neoliberalismo e um padrão de comportamento pautado pela prevalência de práticas corporativas. A autora lembra que desde fins dos anos 70 o empresariado questionava a “prepotência estatal” embora os clamores pelo recuo do Estado no plano da regulamentação da economia e da produção de bens industriais não tivessem deixado jamais de conviver com as pressões em favor da persistência da proteção estatal para amparar certos setores. A reforma do Estado, conclui, não pode, assim, ser vista como desestatização (no Brasil, sempre acompanhada de reserva de mercado e concessão indiscriminada de incentivos) e, muito menos, se confunde com desmantelamento das estruturas administrativas. Reformar o Estado é, no caso brasileiro, antes de tudo, fortalecer a esfera pública que as instituições estatais representam, o que só se alcança a partir de um projeto incluyente de nação.

A segunda qualidade do trabalho de Eli Diniz tem a ver com o resgate da política — ciência e vocação, a famosa diáde weberiana — na análise de políticas econômicas. Em casos tão distintos quanto o Plano Cruzado, anunciado à nação em 28 de fevereiro de 1986 com o objetivo de combater a inflação (então por volta de 400% ao ano) sem reduzir a taxa de crescimento econômico, e as Câmaras Setoriais, implantadas na burocracia econômica governamental como mecanismo de negociação entre os setores público e privado visando (inicialmente) administrar o processo de saída do congelamento imposto pelo segundo plano de estabilização do governo Collor, em 1991, são salientadas as variáveis relativas ao comportamento dos atores e

à engenharia do processo decisório. O que é fundamental de ser levado em conta, pois a execução de medidas econômicas, por mais técnicas que pareçam, “não pode estar dissociada”, nas palavras da autora, “da criação do arcabouço institucional necessário para supervisionar” seus desdobramentos e acompanhar no tempo os ajustes introduzidos.

Assim, entende-se que na raiz de sucessivos fracassos nas tentativas de estabilizar a economia esteja uma visível incapacidade de implementar políticas efetivamente públicas, decorrente de processos históricos que condicionaram a constituição do Estado, contaminaram a estruturação dos mecanismos de articulação entre instâncias do poder e a sociedade, e desenharam as formas de incorporação dos atores estratégicos ao sistema político. Se os anos 30, guardadas as peculiaridades de cada país, assistiram em escala mundial à centralização política, no Brasil tal estratégia não se traduziu, como alhures, na criação de uma sólida estrutura operacional. Ao contrário, a engenharia político-institucional varguista produziu um Estado marcado por tensões internas que, nunca sanadas, se agravaram com a posterior ditadura militar. Competição interburocrática, justaposição de agências e jurisdições, vulnerabilidade à pressão de clientelas específicas, traços que se aferraram ao Estado brasileiro, foram potencializados por um perfil decisório no qual a eficiência técnica, o insulamento da burocracia e a opacidade das regras de recrutamento de técnicos e burocratas tinham como contrapartida uma sociedade ora pouco organizada, ora mal organizada, ora impedida de se organizar.

O corporativismo estatal montado por Vargas delimitou as vias de acesso ao cenário público, precedendo — e descartando, durante o período ditatorial — a institucionalização das normas de competição política: o papel desempenhado pelo Estado na administração do conflito distributivo inibiu a consolidação dos partidos políticos; sem mecanismos de filtragem — partidos e organizações autônomas, mesmo que corporativas — as demandas fluíram diretamente da ordem economia para o aparelho estatal, privatizando-o. Este é o modelo que por décadas amplificou o impacto das desigualdades estruturais e das clivagens entre setores, regiões e níveis de renda. Essa a herança que, lapidada durante os cerca de vinte anos que seguiram ao golpe militar de 1964, recaiu sobre a nascente democracia brasileira.

Mediante minucioso estudo das metamorfoses

observadas na agenda pública e das principais decisões macroeconômicas formuladas, desde o governo Sarney até meados do atual, Eli Diniz evidencia um angulo esclarecer das dificuldades de implementação de políticas econômicas — e sociais — de natureza mais abrangente no Brasil de hoje. Não se trata da existência de uma índole predatória inerente às elites ou da inexistência de uma “vontade política” por parte dos dirigentes; a vocação política dos atores estratégicos se forja em determinadas condições históricas e se realiza sob a égide de referentes institucionais. Também não se trata de nenhuma fatalidade ditada por incontroláveis forças oriundas do mundo da produção; os agentes econômicos se comportam de maneira *politicamente* verificável. É no campo da política, onde os contendores atual com suas armas e artimanhas, que se travam os embates decisivos para os rumos da economia.

No Brasil, como aliás em qualquer país que denote características semelhantes, a multiplicidade de interesses em competição, a fragmentação das organizações agregadoras dos mesmos e a fragilidade das instâncias de sua representação impõem obstáculos nada desprezíveis a pactos sociais de largo alcance. A articulação de consensos pela via da consertação, comum em sociedades de tradição neocorporativa — que o Norte europeu protagoniza exemplarmente — está fora de cogitação. Para os brasileiros, atingir graus satisfatórios de governabilidade e governança, ou seja, aperfeiçoar “as condições sistêmicas sob as quais se dá o exercício do poder” e aumentar “a capacidade governativa em sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução de metas coletivas” exige o árduo desafio de compatibilizar o reconhecimento da pluralidade (de interesses e de recursos para realizá-los) com a necessidade de expandir a participação (pela inclusão dos inúmeros contingentes marginalizados do universo plural de competição). O que equivale a ter pela frente um impasse do tipo: o jogo é demasiado desigual para prescindir de intervenção, porque põe em risco a integridade do tecido social: não obstante, o jogo é legítimo, deve ser jogado livremente, bastando, para seu funcionamento adequado, ter regras claras e aceitas por todos os participantes.

As conclusões de *Crise, reforma do Estado e governabilidade*, no entanto, condensam um terceiro e alvissareiro motivo para que o livro ganhe espaço

em muitas prateleiras. Precisamente porque prioriza a lente da Política, sua argumentação permite vislumbrar a luz no fim do túnel, ressaltando o equívoco de se considerar pacíficas as tendências em curso. Não há inexorabilidade nas mutações econômicas que estão ocorrendo, assim como “não há fórmulas mágicas para garantir a governabilidade, já que diferentes combinações institucionais podem produzir condições favoráveis à sua existência”. As perspectivas da economia globalizada não estão definidas *a priori*: os sistemas de promoção do bem-estar social não estão fadados ao desaparecimento; o Estado não tem os dias contados: a pobreza não é um destino irreversível; os legados da história não são pecados a purgar eternamente. Em meio à mediocridade que domina o debate corrente no Brasil sobre mercado e Estado, a simples e despreziosa recordação de que sina constitui uma noção alheia à dimensão concreta das relações sociais tem repercussões balsâmicas para a inteligência nacional.

Citando mais uma vez a autora, “as novas condições internacionais e a complexidade crescente da ordem social pressupõem um Estado dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades e alargar, em lugar de restringir, o universo dos atores participantes, sem abrir mão dos instrumentos de controle e supervisão”. Os grifos, que não se encontram no original, sublinham a concepção, central no texto, de que não há nenhuma escolha a ser imperiosamente feita entre Estado e mercado; os rótulos que

adornam a modernidade e desqualificam o atraso podem ser falsos, como falaciosa é a suposição de que a conjuntural hegemonia de um certo padrão de crescimento econômico estipulou o fim da história e, por conseguinte, da ideologia, da política etc.

Na esfera da política, os atores sociais redimensionaram as imposições da economia e negociam saídas menos onerosas para situações complicadas; pela política, os agentes econômicos transcendem suas expectativas restritas e firmam alianças para alcançar fins compartilhados; através da política, os interesses acatam o alinhamento de seus impetus aos ditames das regras de convivência. Podem fazê-lo, é claro, e, no Brasil, vale esperar que o farão civilizadamente, mas de um jeito — que não é em absoluto invenção nacional embora não destoe muito do popular *jeitinho* brasileiro — conflituoso, com direito a *lobbies*, *rent-seeking*, individualismo etc. E mais: sem precisão de tecnocratas iluminados que tracem o caminho. Pois, cabe uma última transcrição do texto, “a democracia envolve justamente a problematização do processo de constituição dos fins, necessariamente múltiplos e mesmo antagonísticos, sobretudo em uma sociedade complexa e diferenciada como a brasileira”.

Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna  
Doutora em Ciência Política, Professora  
Adjunta e Diretora de Graduação do Instituto  
de Economia da UFRJ — Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.

### *A sociedade justa — Uma perspectiva humana*

John Kenneth Galbraith

Rio de Janeiro, Campus, 1996

Em *A sociedade justa*, Galbraith procura, no contexto das economias contemporâneas, identificar as condições mínimas de realização da idéia de justiça. Embora tal tema tenha sido tratado exaustivamente, ele consegue apresentá-lo de forma bastante original. Tal originalidade decorre da visão pragmática do autor em relação à sociedade e à economia. Assim, procura mostrar que, na discussão convencional, tanto conservadores como progressistas (liberais nos EUA) constroem suas propostas de reforma social baseando-se na hipótese irrealista de que o governo “pode tudo”, inclusive alte-

rar o rumo da história. Na verdade, enquanto fonte de mudanças sociais, esta não pode ser revertida, daí sua observação de que “o novo Congresso empossado nos Estados Unidos no início de 1995, representando a vontade conservadora, expressou a intenção de dismantlar grande parte do Estado do bem-estar, grande parte do aparato regulamentador do governo e limitar drasticamente o papel do governo em geral. Depois veio a legislação específica [...] [no entanto] [...] essas medidas mostraram-se impopulares [...] à parte algumas exceções drásticas e bem divulgadas, o Estado do bem-estar

e seus programas básicos sobreviveram. A força mais ampla da história continuou atuando” (p. 14).

Esta visão permite a Galbraith definir as possibilidades de uma sociedade justa a partir das “forças amplas da história”. A partir daí identifica as realidades sociais em que sua concepção de justiça pode se realizar, entendida tal concepção como uma situação em que existe o bem-estar básico de todas as pessoas, “em uma economia que permita e encoraje o movimento ascendente para uma vida melhor não só para uma geração como para a seguinte. E, também, é claro, a igualdade racial e sexual” (p. XI). Os diferentes aspectos da realidade em que tal situação deve ocorrer incluem: as políticas voltadas para a inflação e déficit público, distribuição da renda e poder, regulamentação, meio ambiente, poder militar e burocracia, e política externa.

Dada a extensão do tema, consideremos aqueles aspectos que, a princípio, parecem mais relevantes do ponto de vista do economista. Em relação à inflação, Galbraith observa que atualmente “ela é considerada pela parte mais influente da sociedade politicamente organizada, como a ameaça central ao bom desempenho econômico; preços estáveis são o objetivo dominante. O desemprego nessa visão é aceito como um instrumento de estabilização de preços [...]: o fato é que quem detém a voz e a influência política é aquele que é mais prejudicado pela inflação; [enquanto] o desemprego tem, na verdade, alguns efeitos social e economicamente atraentes: os serviços são bem-atendidos pelos trabalhadores dispostos ou forçados a eles, pela falta de outras oportunidades; de forma análoga os trabalhadores, temendo o desemprego, tendem a ser mais cooperativos e dóceis, bem como seus sindicatos” (p. 51-2). De outro lado, quem não gosta da inflação? Os rentistas e a comunidade financeira. “Esta inclui os bancos centrais que dão aos banqueiros uma voz oficial; os bancos comerciais; as empresas de investimento; enfim, todos os que emprestam dinheiro. Um presidente eficiente de um banco central é aquele que reduz ao mínimo a taxa inflacionária” (p. 53). Embora não se deva elogiar a inflação, a opção acima transformada em um dogma é um obstáculo a uma sociedade justa. Outro aspecto do livro de Galbraith mostra quão longe as posições convencionais da “teoria econômica” afastam de sua alegada neutralidade científica. É o caso do viés antidéficit público. Este caso “tem sido usado contra políticos públicos socialmente

necessárias, mas que são objeto da resistência política [...] [ao passo] que se enfocou corretamente, o déficit pode ser uma fonte de apoio e benefício para as gerações futuras — uma ampliação da prosperidade geral e da capacidade de pagar” (p. 65).

Obviamente, o autor não se refere aqui aos gastos desnecessários ou mesmo aos gastos necessários, como as despesas correntes, que devem ser financiadas mediante tributação, mas sim aos gastos capazes de aumentar o bem-estar e o crescimento econômico. Neste caso, contrair empréstimo não é apenas legítimo, como socialmente desejável. Neste contexto, déficits gerados pelo setor privado são aceitos totalmente mesmo pelos maiores críticos dos déficits públicos. Assim, os gastos com capital não devem ser debitados das receitas para dar a impressão de que o governo está gastando demais. Apenas um certo terrorismo ideológico justifica isso. “Nenhuma lógica defende essa contabilização, apenas a conveniência, a tradição, a retórica e o erro político” (p. 61).

A crescente concentração da renda e poder que se verifica em alguns países (EUA e Brasil, por exemplo), na perspectiva de uma sociedade justa, deveria ser compensada por uma tributação progressiva dos rendimentos. No entanto, a retórica oficial obscurece tal necessidade eliminando toda referência à estrutura de classes da sociedade e concentrando-se nos problemas da classe média. Na verdade, observa Galbraith, “existe uma classe superior e uma classe inferior que estão ocultas nas sombras [...] em sistema de três classes, para fins práticos, transformou-se em apenas uma classe, uma novidade aritmética. É a classe média que fornece então uma cobertura protetora aos ricos. A redução de impostos em favor da classe média se estende aos muito afluentes. A classe superior em tais discussões e ações não existe separadamente. Tal é a atitude política” (p. 71).

Após discutir as outras dimensões de uma sociedade justa, acima referidas, no capítulo correspondente a “política”, o autor lembra que normalmente, quando se apontam os problemas dos desequilíbrios sociais e econômicos, faz-se a suposição otimista de que as ações políticas e administrativas se seguirão naturalmente. Infelizmente, não é o que acontece. Os passos decisivos para uma sociedade justa só se darão mediante uma democracia genuína e inclusiva. Referindo-se às reviravoltas políticas de 1994 (vitória dos conservadores nos EUA), Galbraith observa que “caso houvesse um pleno comparecimento na eleição, tanto o resultado como a

reação teriam sido decididamente diferentes. O senso de responsabilidade social pelos pobres teria se expandido grandemente” (p. 161). É necessário, além da percepção clara dos objetivos da maioria, organizar e mobilizar os eleitores para persuadir os governantes a apoiarem tais objetivos. “Ultimamente, a natureza e a magnitude desse esforço tornaram-se maravilhosamente claros [...] Que se forme uma

coalizão dos preocupados, dos compassivos e dos que agora estão fora do sistema político e uma perspectiva brilhante e totalmente exequível se descortinará para sociedade justa.”

*Luiz Antonio de Oliveira Lima*

Professor do Departamento de Economia da  
EAESP-FGV

## ***Estabilização e crescimento***

Rosa Fontes (org.)  
Viçosa, UFV, 1997

Este livro, editado por Rosa Fontes, originou-se do II Simpósio Mineiro de Macroeconomia, realizado em Viçosa em 1995. Como ressaltado na apresentação da obra, o objetivo é que os artigos dos diversos autores possam servir como leitura complementar nos cursos de macroeconomia.

O livro divide-se em duas partes que tratam de questões relevantes na recente história econômica do Brasil. A primeira parte traz cinco artigos sobre estabilização de preços. A segunda parte, mais extensa, é formada por doze capítulos, que abordam, como bem aponta Fernando de Holanda Barbosa na introdução, o “tema fascinante do crescimento econômico”.

O primeiro artigo, de Aloísio Araújo, constrói no início uma teoria simplificada da inflação. Posteriormente, aborda a questão da credibilidade, centrando sua atenção nas reformas econômicas feitas quando da implantação do Plano Real. Inflação e credibilidade são também o tema de Marcelo A. Arbex, Miriam Almeida e Rosa Fontes. Os autores fazem uma resenha bastante completa da literatura. Sua análise estende-se à questão da credibilidade cambial, de grande visibilidade e importância nos dias atuais. No capítulo posterior, Estevão Kopschitz procura entender os motivos do sucesso do Plano Real, que conseguiu derrubar os índices de inflação com bastante rapidez.

Uma análise diferenciada das anteriores é feita por Newton Bueno. Seu artigo analisa a inflação brasileira, desde 1960, de acordo com a hipótese da “síndrome de Midas”. Esta assume que, paradoxalmente, uma economia subdesenvolvida como a brasileira consegue fabricar com eficiência bens de luxo, mas não consegue produzir bens básicos como alimentos. Como resultado, quando a demanda por

esses bens aumenta, como consequência do aumento no nível de atividade econômica, seus preços tendem a subir, pressionando os índices de inflação. Sua exposição, fundamentada em vários índices de preços, certamente será instigante para o leitor. O setor agrícola é o tema do artigo de Wilson Vieira, que encerra a parte sobre estabilização. Seu objetivo é analisar o impacto que as políticas fiscal e monetária, adotadas nos planos de estabilização, têm sobre a agricultura brasileira. Vieira argumenta que o setor agrícola tem uma estrutura mais competitiva e preços mais flexíveis que o setor industrial. Por essa razão, não consegue repassar os custos dos programas de combate à inflação aos consumidores. Quando o Plano Real foi implementado, a combinação de juros altos e câmbio valorizado foi prejudicial à agricultura, que não recebeu políticas compensatórias. No entanto, no longo prazo, como decorrência da estabilização, as perspectivas são favoráveis.

O trabalho de Claudiney M. Pereira e Jorge Thompson Araújo inicia a parte dedicada ao crescimento econômico. Os autores fazem uma resenha da literatura, desde o modelo Solow-Swan, até os modelos de crescimento endógeno, que ganharam importância a partir de trabalhos de Romer e Lucas, na segunda metade da década de 80. Pereira e Thompson também apresentam as características dos modelos da Escola de Cambridge, normalmente deixados de lado pelo *mainstream* macroeconômico e comparam seus resultados com os modelos de crescimento endógeno. Renato F. Cardoso apresenta, em um breve artigo, os fatos estilizados e os fatores indutores do crescimento, relacionando-os com os motivos que fizeram com que a teoria do crescimento voltasse a ocupar lugar de destaque na ciência econômica.

João Ricardo Faria e Joaquim P. de Andrade investigam os efeitos da taxa de crescimento da oferta de moeda sobre as variáveis reais da economia. Os autores apresentam as famílias de modelos que abordam o tema, seus resultados mais relevantes e traçam um panorama dos problemas em aberto e dos possíveis programas de pesquisa na área. Wilson Suzigan trata de um tema que lhe é bastante caro: política industrial no Brasil. São apresentados os diversos componentes da intervenção do Estado e sua relação com as políticas macroeconômicas. Também são propostas linhas gerais de atuação para o governo. O tema de Alfredo Lopes da Silva Neto são os problemas estruturais das empresas estatais. O autor mostra os motivos que justificam a criação de empresas estatais e compara seus objetivos com os das empresas privadas. Brevemente é tratada a experiência brasileira. Na conclusão, Silva Neto aponta que as questões estruturais que afetam o desempenho das estatais não têm sido tratadas de maneira adequada no recente debate sobre privatização.

Pedro C. Ferreira aborda a questão dos investimentos públicos em infra-estrutura e sua relação com o crescimento econômico. São apresentados dados dos setores de telecomunicações, energia e transporte. Mostra-se que no período 1980-93, os investimentos das estatais decresceram nos setores de energia e transporte e aumentaram no setor de telecomunicações. De forma agregada, a tendência dos investimentos é declinante, o que é considerado preocupante pelo autor, pois a atual infra-estrutura não é suficiente para as necessidades presentes e futuras da economia. Armando Castelar Pinheiro escreve sobre o processo de privatização. O autor faz um histórico a partir da década de 70 até os anos 90, apontando como os motivos para a venda de estatais variaram nesse período. São apresentados os meios pelos quais a privatização pode contribuir para dar base ao crescimento sustentado e sugeridas políticas que permitam viabilizar taxas elevadas de crescimento sustentado do produto.

Este tema é retomado por Pêrsio Carneiro e Rosa Fontes. O foco de sua análise são os fundos de pensão e sua importância como geradores de poupança interna, que reconhecidamente é um dos motores do crescimento. O artigo é ilustrado com um estudo de caso de um fundo de pensão nacional. Pedro C. Ferreira e João Victor Issler tratam da questão da educação, outro dos determinantes fun-

damentais do crescimento. Inicialmente, os autores procuram diferenciar os movimentos de curto e longo prazos na economia. Posteriormente, a situação brasileira na área educacional é apresentada e comparada com os indicadores de outros países. Os autores também tratam brevemente da questão da distribuição de renda.

O artigo de Ajax Moreira, André Urani e Luiz Willcox apresenta simulações feitas com o uso de um modelo de equilíbrio geral computável. O objetivo do trabalho é estimar o efeito que choques sobre o déficit público e sobre a dívida externa têm sobre as principais variáveis macroeconômicas. Com base nos resultados, os autores procuram estabelecer alternativas de respostas, de forma a minorar o efeito dos choques. Sílvia H. Toyoshima aborda os aspectos relativos à relação entre desemprego e tecnologia. A autora mostra como o tema tem sido tratado, desde as análises iniciais de Smith, Ricardo e Marx, até chegar a Schumpeter e aos textos mais recentes dos autores evolucionistas ou neo-schumpeterianos. Finalizando o capítulo, Toyoshima apresenta aspectos relativos à distribuição de renda no novo paradigma tecnológico. O último capítulo do livro, de Afonso H.B. Ferreira, é dedicado à questão da convergência de renda. Seu trabalho trata das economias estaduais no período 1950-85. Entre suas conclusões pode ser destacado que o valor da renda per capita dos estados brasileiros caminha para a convergência, embora esta esteja ocorrendo em um ritmo bastante lento.

Pode-se avaliar que o livro organizado por Rosa Fontes tem condições de cumprir o papel de leitura complementar nos cursos de macroeconomia. A única ressalva que poderia ser feita é quanto à falta de um capítulo sobre finanças públicas, visto a sua importância na retomada do crescimento econômico sustentado. As resenhas existentes em vários artigos permitem situar o leitor sobre os pontos mais relevantes de cada assunto. Embora os capítulos possam ser lidos separadamente, a ordem adotada faz com que temas mencionados em determinados artigos apareçam desenvolvidos com maior ênfase por outros autores. Esse fato certamente estimula a leitura e o aprofundamento nos temas tratados no livro.

*Luís Eduardo Afonso*  
Mestrando em Economia de Empresas na FGV/SP  
e Professor das Faculdades Oswaldo Cruz